

APRESENTAÇÃO¹

A agricultura familiar gradativamente ganhou espaço nas agendas e nos discursos das organizações e movimentos sociais rurais, nas políticas e programas das instituições públicas e nas reflexões de alguns segmentos do pensamento acadêmico, principalmente entre estudiosos das Ciências Humanas, Agrárias, entre outras. Tal abertura de espaço foi motivada, também, pelo interesse em compreender e intervir de forma propositiva e inclusiva nas diferentes localidades e territórios que constituem o mundo rural brasileiro, ainda muito marcado por problemáticas históricas e políticas em torno da questão agrária.

Estudos e pesquisas realizados nesses últimos anos colocam em relevo a importância social e econômica dessa categoria social, destacando os resultados extremamente positivos obtidos pela agricultura familiar e camponesa em termos produtivos, especialmente no que diz respeito à produção de alimentos básicos para o conjunto da população. Segundo indicam os dados do IBGE (2006), apesar de cultivar uma área menor com lavouras e pastagens, a agricultura familiar é a responsável pela garantia da segurança alimentar e nutricional do país, fornecendo alimentos para o mercado interno. Além disso, são os integrantes dessa categoria social que sustentam a maior parte das ocupações rurais, uma vez que mais de três quartos de todas as ocupações existentes atualmente no meio rural do país estão vinculadas diretamente à agricultura familiar. Cabe salientar, também, que os sistemas com base familiar de produção desempenham um papel fundamental que extrapola os aspectos meramente produtivos, englobando a preservação dos ecossistemas e recursos ambientais, o dinamismo social, cultural e econômico da maior parte dos pequenos municípios do país. Isto é, nas regiões em que predominam as agriculturas familiares e camponesas são enormes as diferenças em termos de capital social e desenvolvimento territorial, comparativamente às áreas

¹ Maria Ignez Silveira Paulilo e Valmir Luiz Stropasolas.

dominadas pela lógica da agricultura patronal e capitalista, cujo modelo econômico hegemônico no país prioriza a produção em grande escala de *commodities* agrícolas para o mercado externo.

Se, por um lado, os resultados de pesquisas ilustram que, em decorrência das lutas e mobilizações desenvolvidas por organizações e movimentos sociais rurais, houve, nesses últimos anos, amplas e diversificadas conquistas e avanços em termos de políticas públicas implementadas por governos democráticos com foco na agricultura familiar, como é o caso do PRONAF, PAA, PNAE, PLANAPO, etc.; por outro, vários estudos ressaltam que os modelos de acesso e distribuição dos recursos dos programas oficiais, sobretudo o PRONAF, ainda privilegiam regiões mais ricas e setores mais capitalizados da agricultura familiar, como é o caso do Sul do Brasil.

Diversos pesquisadores constaram que, embora o PRONAF tenha sido uma grande conquista e um instrumento muito importante para fortalecer a agricultura familiar no país, na implementação desse Programa foram encontradas muitas dificuldades para contemplar a diversidade socioeconômica e regional da agricultura familiar, entre os quais famílias empobrecidas, caboclos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, extrativistas, entre outros, os quais experimentaram restrições e limitações para acessar os recursos públicos. Cabe ressaltar, no entanto, que, no cenário que se instalou recentemente no país, de retrocesso político, institucional e democrático – com questionamento e/ou redução de direitos de cidadania duramente conquistados ao longo de nossa história – a extinção ou mesmo o sucateamento de órgãos e programas públicos, como foi o caso do Ministério do Desenvolvimento Agrário, vem preocupando amplos setores da sociedade civil, as organizações e movimentos sociais rurais, especialmente as lideranças e representantes das agriculturas de base familiar e camponesa, tendo em vista as incertezas, as lacunas institucionais e a redução de recursos públicos que tendem a se agravar e, com isso, gerar impasses na reprodução social desses segmentos sociais no campo.

Os dados do último Censo Agropecuário (2006) ilustram a persistência da desigualdade no acesso à terra e a sua enorme concentração no campo brasileiro, na medida em que a agricultura familiar, que representa 84,4% do total de estabelecimentos agropecuários, ocupa apenas 24,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários. Aliado a isso, segmentos expressivos da agricultura familiar ainda enfrentam sérios problemas para acessar a

assistência técnica, a pesquisa, bem como a infraestrutura de serviços públicos de saúde, educação, comunicação, crédito etc.

A fim de sensibilizar governos e sociedades para a importância da agricultura familiar no que se refere à produção de alimentos, à segurança alimentar, à conservação do meio ambiente e à sustentabilidade, a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu, em 2014, o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF, 2014). Entre os principais objetivos do AIAF constavam: estimular os países a promover políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento sustentável em sistemas agrícolas de base familiar, fornecer orientação para tais políticas, além de despertar a sociedade civil para a importância da agricultura familiar.

Com o intuito de colaborar nas discussões e promover um diálogo entre diversos segmentos interessados no fortalecimento desse modo de produção, o Núcleo de Pesquisa sobre Agricultura Familiar (NAF) do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), juntamente com os Laboratórios (LAF/LACAF/LEMATE) do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Federal de Santa Catarina, propuseram-se a realizar o Seminário de Agricultura Familiar, intitulado “Contexto atual, novos desafios e perspectivas para a agricultura familiar em Santa Catarina”, acontecido em novembro de 2014 na UFSC. Desse seminário, derivou grande parte do material aqui publicado, novas contribuições foram agregadas durante a elaboração do Dossiê, cujo título passou a ser “Agricultura Familiar no Século XXI”, temática esta que sintetiza as questões e os debates levantados durante o Seminário. A seguir, serão apresentadas as temáticas, consideradas mais relevantes e abordadas no Seminário, e os artigos que foram selecionados para debater e interagir com os objetivos concebidos para orientar as reflexões em torno desse Dossiê.

Como primeiro tema, temos uma visão crítica sobre as políticas públicas voltadas para o meio rural, salientando principalmente as questões vinculadas à heterogeneidade dos grupos sociais rurais e as dificuldades enfrentadas por segmentos da agricultura familiar para acessar programas e recursos públicos.

Desde a década de 1990, no Brasil, as políticas públicas voltadas para a agricultura introduziram uma nova categoria política: a agricultura familiar. Tal iniciativa buscava inserir nas políticas públicas um conjunto amplo de agricultores que enfrentavam enormes dificuldades para acessar os programas

governamentais. A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi a principal iniciativa de ampla abrangência do Estado para atender aos segmentos pertencentes à agricultura familiar. Apesar dos importantes avanços alcançados pelo PRONAF nessas duas décadas de existência, a heterogeneidade do espaço rural brasileiro, inclusive da própria agricultura familiar, limitou sua capacidade de beneficiar amplamente e de forma equitativa a diversidade social do campo. Cabe salientar que, nesses últimos anos, políticas como a PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural), o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foram dinamizadas e/ou criadas visando atender às demandas e necessidades de diferentes segmentos das agriculturas de base familiar e camponesa.

No que diz respeito às políticas públicas para a agricultura familiar, outro aspecto importante se refere ao processo de construção dessas políticas. Recentemente, houve avanços no sentido de uma maior participação de representações da sociedade civil no processo de construção dos programas oficiais, o que proporcionou uma melhor visibilidade das demandas e, em decorrência, ampliou as perspectivas de intervenção dessas políticas. Dessa forma, novos temas e programas ganharam espaço, como as questões étnicas, de gênero, geração e a educação no campo. Porém, apesar dos avanços alcançados, a complexidade social e regional da agricultura familiar brasileira ainda coloca importantes desafios para gestores públicos e para os representantes da sociedade civil.

O primeiro artigo desta temática, intitulado “A transformação das ‘ideias agroecológicas’ em instrumentos de políticas públicas: dinâmicas de contestação e institucionalização de novas ideias nas políticas para a agricultura familiar”, da autoria de Cláudia Job Schmitt, focaliza as dinâmicas de contestação e institucionalização associadas à emergência da agroecologia como referencial técnico e político capaz de influenciar as políticas públicas nas últimas décadas. O artigo busca explorar as controvérsias estabelecidas entre movimentos sociais, organizações não governamentais de assessoria e agentes estatais, no esforço por traduzir as “ideias agroecológicas” em instrumentos de intervenção governamental.

A seguir, temos o artigo denominado “Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social”, de autoria de um grupo de pesquisadores constituído por Ademir Antonio Cazella, Adinor José Capellesso, Monique Medeiros, Andréia Tecchio, Yannick Sencébé e Fábio Luiz Búrigo. O objetivo é analisar a dicotomia, surgida nas duas últimas décadas, entre as políticas de caráter produtivo e aquelas destinadas à assistência social das unidades agrícolas familiares no Brasil. Do ponto de vista metodológico, a análise se apoia sobre o número de agricultores beneficiados pelas políticas de reforma agrária, crédito rural, mercados institucionais de alimentos, previdência social rural e transferência de renda. Os principais resultados desse estudo indicam que o apoio econômico para as atividades produtivas da agricultura familiar brasileira tem se concentrado nas camadas intermediárias e consolidadas inseridas nos mercados. Em contrapartida, a maior parte dos agricultores familiares é relegada ao assistencialismo social, não integrando as agendas de trabalho das principais organizações profissionais agrícolas.

Encerrando essa temática, temos o artigo intitulado “O fim do PAA: reviravoltas para mulheres extrativistas no nordeste brasileiro”, da autoria de Heribert Schmitz, Dalva Maria da Mota e Glaucia Macedo Sousa. Os autores analisam a experiência de um grupo de mulheres extrativistas, catadoras de mangaba, após cinco anos de participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A pesquisa foi realizada no povoado Pontal, Indiaroba, Estado de Sergipe, por meio de um estudo de caso com observações e entrevistas. As principais conclusões mostram que a execução do PAA proporcionou a concretização de importantes demandas das catadoras de mangaba, possibilitou a participação em um comércio justo e incentivou a mobilização das mulheres como também de parceiros fundamentais. O fim do PAA, entretanto, provocou desmobilização por uma causa comum, a comercialização; a intensificação da diversidade de ocupações com maior precarização e uma maior diferenciação social.

O segundo tema refere-se às Redes de Cooperação e Comercialização, Agroecologia e Segurança Alimentar e Nutricional. Nos debates que vêm sendo realizados em torno dessa temática, constata-se que diversas organizações de agricultores familiares, assim como instituições públicas e da sociedade civil que se debruçam sobre as questões vinculadas ao desenvolvimento territorial e

rural, fundamentam-se em experiências e iniciativas pautadas por perspectivas multissetoriais e multidimensionais, buscando superar clivagens reducionistas e perspectivas produtivistas. Fomentando a estruturação de redes de cooperação, essas organizações e instituições têm proposto a construção de processos inovadores do ponto de vista social e econômico, a partir da concepção e viabilização de redes de atores sociais numa perspectiva horizontal e equitativa.

A perspectiva de ecologização da produção na agricultura familiar vem ganhando importância nas últimas décadas. O primeiro artigo intitulado “Ecologização na agricultura familiar, feiras e produtos artesanais na região Central do Rio Grande do Sul”, de autoria de Everton Lazaretti Picolotto e Cristina Bremm, mostra que, por meio do resgate de práticas de produção artesanais e de conhecimentos tradicionais, ressignificados sob a ótica da ecologização, os produtos diferenciados oriundos da agricultura familiar têm adquirido espaço e conquistado consumidores. Os autores analisam o processo de transição para a agricultura agroecológica entre os agricultores familiares e assentados da região Central do RS e as experiências das feiras *coloniais* e *agroecológicas* como espaços sociais, em que se verificam transações de produtos e signos culturais entre produtores e consumidores. Nas feiras, os agricultores se realizam como sujeitos e são reconhecidos como tais pela comunidade, e os alimentos e produtos chegam ao seu destino final: a compra e o consumo consciente.

Considerando as dificuldades encontradas pelos agricultores familiares para acessar mercados, e levando em conta, também, que as Indicações Geográficas são registros que garantem a qualidade e a reputação de um produto, ligando-o à sua origem, os autores Mara Elena Bereta de Godoi Pereira; Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani; Sandra Mara Schiavi Bankuti; Giuliana Aparecida Santini Pigatto, no artigo intitulado “Coordenação na agricultura familiar e o desenvolvimento territorial: o caso das indicações geográficas para o café”, analisaram como esses registros favorecem a coordenação do sistema agroalimentar de café na agricultura familiar e quais suas contribuições para o desenvolvimento territorial, especificamente nos territórios da Mantiqueira, em Minas Gerais, e no Norte Pioneiro do Paraná. A partir de um estudo de casos múltiplos, os pesquisadores obtiveram resultados que apontam que a Indicação Geográfica contribui, principalmente, para a coordenação horizontal na medida em que reforça os laços entre os atores sociais.

Uma das temáticas que inspirou o Seminário e as reflexões inseridas nesse Dossiê diz respeito às questões de gênero e geração na agricultura familiar e

camponesa. Aqui se inserem as discussões em torno das ressignificações de papéis sociais de mulheres e jovens rurais, bem como a configuração de novas identidades, os questionamentos de valores e padrões culturais (re)construídos no âmbito da família ou mesmo das entidades organizativas e sindicais. É dentro das unidades domésticas que se conformam estratégias e se formulam projetos de vida, os quais em grande medida colocam em questão as concepções harmônicas e homogêneas da família rural, muitas vezes reproduzidas pelas instituições governamentais ou não governamentais que interagem com essa categoria social. No âmbito doméstico se realiza também um esforço de produção de riquezas materiais e imateriais, de vida e cidadania, que não é reconhecido e nem valorizado socialmente, reproduzindo-se a invisibilidade dos valores gerados por mulheres, jovens, crianças e idosos. O artigo de Maria Aparecida de Moraes Silva, Beatriz Medeiros de Melo e Lara Abrão de Moraes, intitulado “Saindo das sombras: mulheres sitiadas paulistas”, analisa os papéis desempenhados pelas mulheres para a reprodução social do grupo familiar no contexto do avanço constante da produção canavieira e do processo de apropriação das terras dos sitiados pelas usinas, quer por meio da compra, quer por meio do arrendamento. As mulheres são agentes importantes não apenas para a garantia da produção doméstica e mercantil, como também para a preservação do patrimônio material (terra) e imaterial (festas, memória e tradições) e para a solidificação dos laços identitários.

Já o artigo de Karolyna Marin Herrera, “Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalhos produtivo, doméstico e de *care*”, problematiza a situação de invisibilidade e a falta de reconhecimento das mulheres no meio rural da região Sul do Brasil, por meio da reflexão das possibilidades de superação de sua condição. Para tanto, foi proposta a adoção da perspectiva analítica da multifuncionalidade agrícola para análise das atividades exercidas pelas mulheres rurais, uma vez que essa perspectiva almeja ir além das abordagens de orientação meramente produtivista e pretende evidenciar as funções não produtivas da agricultura. Na pesquisa empírica, a autora identificou as diferentes atividades que compõem os trabalhos produtivo, doméstico e de *care* de um grupo de agricultoras integrantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), residentes no município de Quilombo/SC. Para captar a importância das mulheres na manutenção e reprodução da agricultura familiar, foi utilizada a perspectiva da multifuncionalidade, considerada pela autora

como uma ferramenta poderosa para dar visibilidade às múltiplas dimensões da atuação feminina.

Durante a realização do Seminário que deu origem a esse dossiê, no que se refere às temáticas dos movimentos sociais rurais, dois eixos de discussões foram enfatizados, ou seja: as diferentes representações e interesses em torno dos significados da reforma agrária e sua atualidade e importância no Brasil; as ações coletivas protagonizadas por mulheres do campo e da floresta pautadas na conquista e ampliação de direitos de cidadania, bem como na diminuição da desigualdade entre os sexos e a criação de identidades que lhes deem uma maior visibilidade social.

O primeiro artigo de autoria de Lauro Mattei, “O debate sobre a reforma agrária no contexto do Brasil rural atual”, apresenta uma discussão sobre as principais teses em debate sobre a pertinência da reforma agrária no início do século XXI. O autor parte de uma contextualização do meio rural brasileiro atual, após décadas de transformações estruturais, para, posteriormente, apresentar as teses favoráveis e as teses contrárias à reforma agrária. Por um lado, observa-se que existe um grupo expressivo de pesquisadores que defende a reforma agrária por entender que ela ainda é um instrumento eficaz no combate à pobreza e as desigualdades sociais e regionais e, por outro, registra-se a presença de um grupo de pesquisadores que avaliam que o tempo da reforma agrária já passou e que este não é mais um instrumento necessário no Brasil no século XXI.

O artigo de Vilênia Venâncio Porto Aguiar, “Mulheres rurais, movimento social e participação política: reflexões a partir da Marcha das Margaridas”, trata da atuação dos movimentos de mulheres rurais, tomando como objeto de reflexão a Marcha das Margaridas, uma ação coletiva protagonizada por mulheres do campo e da floresta, que ocorre a cada quatro anos em Brasília. Considerando-a como parte do processo histórico de organização das mulheres trabalhadoras rurais, a autora procura resgatar a emergência dos movimentos de mulheres rurais situados no contexto da abertura democrática da década de 1980, e sua atuação em anos recentes, no decorrer dos quais se insere a Marcha das Margaridas. O artigo mostra que, apresentando uma transformação tanto na sua estrutura e dinâmica organizativa quanto no seu aparecimento público, a Marcha das Margaridas, atuando em rede, tem produzido visibilidade às mulheres do campo e da floresta, tem criado impacto

na esfera pública e obtido conquistas para a cidadania, se mostrando capaz de dialogar com o Estado e incidir sobre as políticas públicas.

Não por acaso, o artigo de Maria Ignez Silveira Paulilo, intitulado “Que feminismo é esse que nasce na horta?”, foi escolhido para ser o último texto deste Dossiê, tendo em vista que, menos que uma reflexão acabada, o mesmo se constitui numa proposta para estimular estudos que entrelaçam os estudos agrários, pouco afeitos à perspectiva de gênero, com as correntes feministas, majoritariamente focadas em áreas urbanas.

A autora mostra a necessidade de uma prévia adequação das teorias feministas para explicar o feminismo que faz parte dos ideais do Movimento de Mulheres Camponesas, organização presente no Brasil desde 1983, que só se considerou feminista em 2010. Para a autora, é preciso evitar certo evolucionismo presente quando se compara campo e cidade. Para isso, o conceito de “transmodernidade” de Rodriguez Magda (2007) torna-se frutífero, porque não trabalha com noções evolucionistas do feminismo, mas diz que elementos de diferentes correntes, antigas e recentes, aparecem combinados nas atuais. Rodriguez Magda não considera as novas correntes mais “corretas” que as antigas, prefere falar das “ficções úteis” que mobilizam os movimentos e, portanto, são “reais”. De acordo com a autora, para se buscar essas “ficções úteis” será preciso revisão histórica das correntes que trouxeram elementos ao feminismo das agricultoras. Para explicar a prática das militantes, são propostos o uso dos conceitos de “experiência” de Scott (1999) e de “experiência próxima” e “experiência distante” de Geertz (2003).

Resta-nos, enfim, agradecer aos que tornaram possível esta publicação, ou seja, os(as) Editores(as), os(as) autores(as), a bolsista Elisa Sell, especialmente, ao trabalho voluntário de Karolyna Marin Herrera, doutoranda e autora, e Tsamiyah Levi, graduanda e bolsista de outra revista.